

Direito Administrativo I
Turma A – 2016/2017 (exame de coincidência)

I

Aprecie cada um dos seguintes atos (5 x 3 vals.):

1. Um ato do Secretário de Estado da Administração Local que dissolve a Câmara Municipal de Loulé em razão de ilegalidades urbanísticas cometidas por esta última.
 - *A tutela de mera legalidade sobre as autarquias locais: enquadramento constitucional (art. 242.º CRP).*
 - *O regime da Lei n.º 27/96: em especial, as ilegalidades conducentes a sanção.*
 - *Competência administrativa e poderes dos tribunais.*
 - (...)

2. Um ato do Primeiro-Ministro que determina ao presidente do conselho de administração de uma empresa pública que celebre um contrato com certo fornecedor.
 - *O regime de bases das empresas públicas (DL n.º 133/2013).*
 - *Os poderes de controlo do Governo relativamente aos dois modelos de empresas públicas.*
 - *A centralidade (exemplos) dos poderes do Conselho de Ministros e dos membros de Governo responsáveis pela área das finanças e do objeto da empresa.*
 - *A não sujeição a poderes de direção e ausência de relação de hierarquia administrativa entre os órgãos da empresa e o Governo.*
 - (...)

3. Um ato do Ministro das Finanças que delega todos os seus poderes (à exceção dos de gestão do seu gabinete ministerial) num dos seus Secretários de Estado.
 - *A possibilidade de delegação de poderes dos ministros nos secretários de Estado: referência à lei orgânica do Governo e à inexistência de*

competência própria dos SE, com ressalva, aqui sim, das competências relativas ao seu próprio gabinete.

- *Renúncia à competência? (arts. 36.º e 45.º do CPA).*
- (...)

4. Um ato do Ministro da Justiça que recusa a inscrição de um advogado da Ordem dos Advogados.

- *A qualificação da OA como associação profissional: referência à Lei n.º 2/2013).*
- *Enquadramento das associações profissionais na teoria geral da organização administrativa: integração na administração autónoma e seu significado.*
- *A atuação do MJ fora das suas atribuições: a nulidade do ato (art. 161.º/2, al. b)).*
- (...)

5. Uma deliberação do Conselho de Ministros autorizando os serviços administrativos a desaplicar qualquer decreto-lei que considerem inconstitucional.

- *A problemática da fiscalização da constitucionalidade pela administração pública.*
- *A inconstitucionalidade da própria deliberação do CM: encontrar-se-ão os serviços ainda assim obrigados ao respetivo cumprimento? E será relevante a natureza desses mesmos serviços e sua relação com o Governo (designadamente, quando não haja hierarquia administrativa)?*
- *Tratar-se-á de um caso de usurpação de poderes, enquadrável no art. 161.º/2, al. a)?*
- (...)

II

Comente a seguinte afirmação: “A verdadeira descentralização administrativa é aquela que coincide com a administração autónoma.” (5 vals.)

- *O conceito de descentralização (vs. desconcentração);*

- *Descentralização técnica ou por serviços e descentralização em sentido próprio;*
- *Critérios da personalidade jurídica e dos interesses próprios;*
- *O conceito de administração autónoma e suas variações doutrinárias;*
- *Identificação dos interesses prosseguidos pela administração directa, indirecta e independente;*
- *Possibilidades de identificação total e parcial;*
- *(...).*

Direito Administrativo I
Turma A – 2016/2017 (exame de coincidência)

I

Aprecie cada um dos seguintes atos (5 x 3 vals.):

1. Um ato do Secretário de Estado da Administração Local que dissolve a Câmara Municipal de Loulé em razão de ilegalidades urbanísticas cometidas por esta última.
2. Um ato do Primeiro-Ministro que determina ao presidente do conselho de administração de uma empresa pública que celebre um contrato com certo fornecedor.
3. Um ato do Ministro das Finanças que delega todos os seus poderes (à exceção dos de gestão do seu gabinete ministerial) num dos seus Secretários de Estado.
4. Um ato do Ministro da Justiça que recusa a inscrição de um advogado da Ordem dos Advogados.
5. Uma deliberação do Conselho de Ministros autorizando os serviços administrativos a desaplicar qualquer decreto-lei que considerem inconstitucional.

II

Comente a seguinte afirmação: “*A verdadeira descentralização administrativa é aquela que coincide com a administração autónoma.*” (5 vals.)